**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 7

GRUPO III – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

O Decreto n.º 4.887/2003 regulamenta o procedimento para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Considerando que a constitucionalidade do citado decreto está sendo debatida no âmbito do STF, na ADI 3239, considerando os votos já proferidos, bem como as normas do ordenamento jurídico aplicáveis e o posicionamento doutrinário a respeito do tema, responda às seguintes indagações:

- 1 Qual a definição de território quilombola?
- 2 Reconhecer o direito de propriedade das comunidades remanescentes de quilombos é ato declaratório ou constitutivo? Fundamente a sua resposta.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

15.4 Terras ocupadas por quilombolas. Art. 68 do ADCT e Decreto n.º 4.887/2003.

PADRÃO DE RESPOSTA

O art. 68 do ADCT representa o marco constitucional do direito de propriedade das comunidades remanescentes de quilombos, sendo dotado de aplicabilidade imediata. Segundo o referido artigo, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

O Decreto n.º 4887/2003, em seu art. 2.º, considera como remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Todavia, a autodefinição não é o único critério adotado pelo Decreto n.º 4.887/2003. O art. 2.º do Decreto n.º 4.887/2003 prevê que o grupo deve possuir trajetória histórica própria e mantenha relação com o território ocupado. O grupo deve ainda ter ancestrais negros com passado relacionado à resistência à opressão.

O parágrafo 3.º do art. 2.º do Decreto n.º 4887/2003 aduz que, para a medição e demarcação das terras de quilombos, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O ato de reconhecimento, por definição, tem caráter declaratório. Por isso, as medidas estatais tendentes à efetivação do disposto no art. 68 do ADCT não devem ser concebidas como constitutivas do direito territorial da comunidade étnica, mas como dotadas de caráter meramente declaratório. Assim sendo, o gozo do direito de propriedade coletiva consagrado no referido dispositivo constitucional é imediato, podendo ser reconhecido e tutelado em juízo, inclusive em face dos antigos proprietários, independentemente da realização de prévia desapropriação.

Sem dúvida, a melhor saída é a adoção de uma interpretação conforme a Constituição Federal do Decreto n.º 4.887, para deixar assentado que a previsão de desapropriação, constante no referido dispositivo, deve ser lida como a imposição ao poder público federal do dever de promover o pagamento de indenização justa, em favor dos anteriores proprietários privados das áreas a serem tituladas em nome das comunidades

quilombolas, a ser arbitrada conforme os procedimentos da ação de expropriação. Com isso, afasta-se a exegese mais literal do referido enunciado normativo, segundo a qual apenas a desapropriação retiraria o imóvel do patrimônio dos particulares para permitir a sua ulterior transferência aos remanescentes de quilombos.

Diante da caracterização de uma área como território de remanescente de quilombo, a tutela ao direito de propriedade da comunidade quilombola deve ser imediata, ainda que sobre o local incidam títulos em nome de particulares. Nessa situação, o poder público deve oferecer a tais particulares uma indenização justa, e, em caso de impasse quanto ao seu valor, propor demanda judicial, a fim de que o arbitramento da importância a ser paga ocorra de forma dialética e imparcial.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 7

GRUPO III – PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Via ligação telefônica, José, Defensor Público federal, foi informado de que um juiz de determinada vara federal o havia nomeado defensor de determinado jurisdicionado. Segundo consta, o juiz entendeu que o jurisdicionado era pessoa pouco instruída e que a Defensoria iria patrocinar a sua causa com excelência. José foi informado, ainda, de que haveria uma audiência na parte da tarde do mesmo dia.

Diante do caso hipotético apresentado, discorra sobre a legalidade da ordem judicial e sobre a conduta a ser adotada pelo Defensor Público federal, com base na Lei Complementar n.º 80/1994.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

2.2.1 Garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União.

PADRÃO DE RESPOSTA

Configura-se ilegal a ordem judicial de atuação do Defensor Público, que deverá seguir a ordem de atendimento do assistido em unidade da DPU, quando se promoverá a análise de sua eventual hipossuficiência, com base em critérios de resolução do Conselho Superior da DPU. Outro ponto a ser questionado é a falta de intimação pessoal, prerrogativa prevista no art. 44, I, do mesmo diploma. Por final, o prazo exíguo para a realização do ato processual afeta sobremaneira a qualidade do trabalho a ser desempenhado, devendo a nomeação judicial ser negada pelo defensor.